

## PERMANÊNCIA E RENOVAÇÃO DA GEOGRAFIA CRÍTICA

Resenha de *Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro*, de Floriano José Godinho de Oliveira. Rio de Janeiro: Garamond (2008).

Por Guilherme Ribeiro  
UFF-Campos/RJ

Originalmente tese de doutorado defendida no Departamento de Geografia da USP em 2004, *Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro* seria agraciado com o prêmio *O Globo de Revitalização do Rio* no ano seguinte e, em 2008, com auxílio da Faperj, o trabalho de Floriano José Godinho de Oliveira — prof. do depto. de Geografia da UERJ-FFP e do Mestrado em História Social dos Territórios dessa mesma unidade — vem a público pela editora Garamond.

A geografia econômica não parece desfrutar de grande prestígio entre os geógrafos brasileiros. Estranhamente, poder-se-ia dizer, já que nosso país viveu e vive graves problemas econômicos cujos desdobramentos espaciais são claramente visíveis. Mesmo com o advento da geografia marxista, uma análise em retrospectiva nos passa uma sensação de que paira um certo vazio nesse domínio. Afinal, a grande contribuição dessa corrente deu-se em termos teórico-metodológicos. Receio de confronto com o pujante campo da Economia, onde nomes como Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Paul Singer e Wilson Cano produziram algumas das melhores interpretações sobre o Brasil e suas regiões no decorrer do século XX? Pode ser que sim. De todo modo, embora a pesquisa de Oliveira parta de uma questão essencialmente econômica — a reestruturação produtiva e seus impactos no território do Rio de Janeiro durante a década de 90 —, ela não pertence à geografia econômica *stricto sensu*, mas sim divide a cena num diálogo fértil e intenso com a geografia regional. Aqui, ela se casa com autores já consagrados que produziram algo semelhante, tais como Bertha Becker, Roberto Lobato Corrêa e Rogério Haesbaert.

A investigação e os resultados de Oliveira são desafiadores por várias razões. Uma delas diz respeito à escala de análise selecionada e o tratamento dado à mesma. Num momento em que os prazos de defesa são cada vez mais exíguos e as teses recortam seus objetos de modo a se adequarem a tamanha exigência, o autor em tela decide investigar o Estado do Rio de Janeiro como um todo, problematizando especialmente a relação entre o núcleo e o interior. Trata-se de uma visão de conjunto que, no entanto, se esmera em não

perder de vista os detalhes e as minúcias, revelando a capacidade do pesquisador de apreender o movimento das coisas em sua escalaridade própria. Segundo ele, atualmente o interior não possui mais a posição passiva de outrora, onde esperava as ações advindas do pólo dominante da cidade do Rio de Janeiro, mas apresenta e exige suas demandas ao centro, impelindo o diálogo. No curso de uma nova estrutura industrial — algo diferente da *desconcentração* da produção —, os exemplos paradigmáticos da CSN no sul e da cana-de-açúcar no norte dão lugar a uma dinâmica de *integração territorial* do Estado do Rio de Janeiro nunca vista em sua história.

Oliveira pensa a história de modo apropriado. Se o tempo presente tem engessado a maioria dos geógrafos, ele ensina como tratá-lo: resgatando o passado, situando-o no presente e identificando seu “peso” quando confrontado com traços modernos. Sua construção acerca da centralidade da metrópole carioca e de toda uma infra-estrutura geografia que praticamente “isolou” o interior do Estado são bastante convincentes de como o processo de produção do espaço foi elemento central na configuração de uma série de problemas e desigualdades do Rio de Janeiro. Assim, seu livro possuirá vida mais longa que os demais. Todavia, o que ele mobiliza com viva fluência são as *escalas*. Da construção da hegemonia do município do Rio de Janeiro, passando pela remodelação de Volta Redonda e a criação do município de Porto Real até chegar às práticas imobiliárias e turísticas de Cabo Frio e aos *royalties* petrolíferos em Campos e Macaé, ele mostra aquela que talvez seja a maior contribuição da Geografia às Ciências Humanas: o espaço como um “prático-inerte” (para usar os termos de Santos no clássico *Por uma geografia nova* [1978]), o espaço como condicionado mas também *condicionante* das relações sociais. Nessa nova etapa da história da humanidade, não há debate sem que ele seja convocado.

Ao convocá-lo, ou seja, ao interpretar a reestruturação produtiva e a urbanização a partir deste ângulo, o professor da UERJ-FFP opera uma tarefa de muito valor. Quando líamos a bibliografia a esse respeito — penso sobretudo no Harvey de *Condição Pós-Moderna* (1989) e no Soja de *Geografias Pós-Modernas* (1992) —, por mais convincente que fossem suas explicações, elas falavam de uma realidade que parecia um tanto quanto distante da brasileira. Hoje, vinte anos após o livro de Harvey e 17 anos após o de Soja, parece-nos que *Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro* mostra na teoria mas, nomeadamente, *na prática*, a inserção do Estado no contexto maior de

remodelação do capitalismo à escala mundial. O que ele esboça é, de fato, um cenário onde o neoliberalismo, a negociação direta entre multinacionais e municípios e a proliferação de elementos tecnológicos na produção de mercadorias desagregam estruturas históricas de poder, de política e de gestão do território. E embaralham de maneira inédita o jogo de escalas! No capítulo terceiro, a discussão sobre como a escala local se confunde com a escala regional e como pleitos tido como municipais são, na realidade, demandas regionais, é riquíssima.

Que o leitor não se deixe enganar, porém, pela narrativa fluida e sem rodeios tecida pelo autor. O resgate histórico, a articulação teoria-prática e as possibilidades de projeções e tendências analíticas por ele promovidas mostram que se trata de um trabalho que é fácil apenas na aparência. Se concordarmos que ele obteve êxito ao revelar, no território fluminense, a reestruturação produtiva pós-1970, bem como dermos crédito à sugestão de que ela é responsável por uma *nova economia regional* no norte e no sul do Rio de Janeiro, eis que estamos diante de uma tarefa que não só foi difícil de ser apreendida mas que também será difícil apreender o desenrolar desse processo. Por exemplo, exigirá dos governos municipais novas atitudes diante das atividades de planejamento, posto que já não podem olhar apenas para si mesmos mas, pelo menos, para a dinâmica regional mais ampla no qual estão inseridos — e de onde depende o sucesso de suas políticas.

Aliás, essa é outra lição deste trabalho: se a integração territorial do Estado se aprofunda, seria caminhar na contramão desse processo a formulação de políticas *exclusivamente* municipais. Ou seja, deve haver um intercâmbio entre tais esferas de poder e entre estas e o governo estadual. Nas entrelinhas, Oliveira deixa entrever seu descontentamento em relação à maior autonomia municipal concedida pela Constituição de 1988, favorecendo interesses locais em detrimento do desenvolvimento em escalas mais dilatadas.

Há algum paralelo entre a reflexão em tela e aquela promovida por Paul Vidal de la Blache (1845-1918) no início do século XX: ambos percebem que o traçado das divisões administrativas regionais ia sendo solapado pela emergência de elementos modernos ligados à economia capitalista. No caso francês, o mundo urbano-industrial destruía a multissecular estrutura agrária e camponesa; no caso brasileiro, a reestruturação produtiva calcada na técnica, na ciência e na informação varre sejam antigas relações de trabalho e de produção

(a cana-de-açúcar em Campos), sejam os contratos fordistas que caracterizaram a maior parte do século XX (a CSN em Volta Redonda). Ambos criticam a centralização — de Paris e da cidade do Rio de Janeiro.

Com isso, sem querer Floriano Oliveira resgata e renova uma rica tradição da disciplina: a geografia regional. Vidal de la Blache propôs uma nova regionalização para o território francês que chegou a ser acolhida pelo deputado Jean Hennessy em 1915. Se o brasileiro não chega a tanto, apenas imaginemos se ele propusesse algo semelhante, com a incorporação de alguns municípios por outros que tivessem papel econômico-regional preponderante. Não seria, mesmo a título de sugestão, uma bela contribuição? Ou, no limite, uma bem-vinda provocação política face à esquizofrenia municipalista brasileira?

Por falar em política, mesmo que o autor supracitado não lhe conceda explicitamente a palavra, uma leitura atenta perceberá sua oposição ao pressuposto neoliberal referente à não-intervenção do Estado na economia. Seria uma irresponsabilidade deixar a gestão e a produção do espaço ao sabor do mercado. Em sua leitura geográfica, o quantitativo hegemoniza o qualitativo, o crescimento econômico se subordina ao desenvolvimento social, cabendo ao Estado papel essencial.

Colocando as coisas em seu devido lugar, isto é, situando a economia nas disputas de poder no e pelo território ativas por empresas, grupos políticos, sociedade civil e Estado, Oliveira nos brinda com uma bela lição de método, articulando o melhor do legado marxista com o melhor da geografia crítica — ambos depurados por sua larga experiência como militante político e como docente universitário. Se de Gramsci vem a rejeição ao economicismo, de Lefebvre vem a atenção à dimensão espacial da reprodução capitalista: casamento perfeito em busca daquilo que Soja chamou de *materialismo histórico-geográfico*.

Ainda que pertença ao campo do marxismo, ele não fala nem em revolução e nem em comunismo. Sua geração é aquela que encarou com um misto de suspeita e admiração a Social-Democracia européia, bem como observou com pesar o fim do socialismo realmente existente. A despeito disso, trata-se do representante de uma geração na qual os ideais de justiça e equidade sociais permaneceram intactos.

Talvez a maior força de seu livro esteja exatamente aí.